

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

LUANA ROMERO MOULIN TEIXEIRA

**AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE
ESPÍRITO SANTENSE NO COMITÊ GESTOR DE
RESÍDUOS SÓLIDOS**

VITÓRIA
2007

LUANA ROMERO MOULIN TEIXEIRA

AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ESPÍRITO SANTENSE NO COMITÊ GESTOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Monografia apresentada ao curso de Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof.º Dr.º Ricardo Roberto Behr

VITÓRIA
2007

LUANA ROMERO MOULIN TEIXEIRA

AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ESPÍRITO SANTENSE NO COMITÊ GESTOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Monografia apresentada ao curso de Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovada em 05 de julho de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Ricardo Roberto Behr
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.º Dr.º João Gualberto Moreira Vasconcelos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.º MSc Luiz Leôncio Lorenzoni
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Aos familiares, amigos e colegas de turma pela força, carinho, ajuda e compreensão.

Aos mestres pelo grande aprendizado.

Ao orientador pela força e paciência.

Aos entrevistados pela pesquisa altamente produtiva, pelas informações gentilmente fornecidas e pelos dados complementares de suma importância para a realização desse trabalho.

“Como nunca visto antes na história o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça, pela paz e pela alegre celebração da vida.”

A Carta da Terra

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa foi avaliar a participação da sociedade, que habita esse estado, na gestão dos resíduos sólidos, por meio de estudo de caso com o Comitê Gestor de Resíduos Sólidos do Espírito Santo (COGERES). Fundamentou-se em conceitos como participação, democracia, cidadania, desenvolvimento sustentável e assuntos relevantes para a realização dessa pesquisa, como a contextualização das mudanças em relação ao desenvolvimento do meio ambiente, o histórico da criação do referido comitê e o programa ao qual este está inserido, Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis (PCMR). Para que a pesquisa fosse possível, foram realizadas quatro entrevistas com participantes do sub-comitê gestor de resíduos sólidos urbanos e procurou-se analisar a participação, sua importância, a integração entre os diversos atores sociais envolvidos, suas motivações e dificuldades, entre outros. Percebeu-se e salientaram-se as divergentes opiniões desses componentes, assim como suas expectativas. Chegou-se a conclusão de que a participação é falha, seja por uma motivação voltada principalmente por interesses, ou por uma não contribuição plena com o processo.

Palavras-chave: participação. políticas públicas. resíduos sólidos. desenvolvimento sustentável.

LISTA DE SIGLAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COGERES - Comitê Gestor de Resíduos Sólidos

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

CONREMA - Conselho Regional de Meio Ambiente

ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives

IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais

IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PCMR - Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenvolvimento Sustentável no Nível Local.....	33
Figura 2 – Atendimento por coleta (%).....	42
Figura 3 – Símbolo do PCMR utilizado em todos os materiais promocionais.....	43
Figura 4 – Demonstração dos pilares estruturais do PCMR.....	44
Figura 5 – Demonstração das linhas de atuação do PCMR.....	44
Figura 6 – Estruturação do COGERES.....	45
Figura 7 – Estruturação dos oito sub-comitês que integram o COGERES.....	46

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA/IMPORTÂNCIA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 PROBLEMA.....	14
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
1.4.1 Tipo de Pesquisa	14
1.4.2 Instrumento de Coleta	15
1.4.3 Forma de Análise dos Dados	16
1.4.4 Sujeitos da Pesquisa	16
1.4.5 Termos Constitutivos da Pesquisa	17
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	19
2.1 CIDADANIA.....	19
2.2 DEMOCRACIA.....	21
2.3 PARTICIPAÇÃO.....	25
2.4 DESENVOLVIMENTO SUSUTENTÁVEL.....	30
2.5 A GESTÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO.....	36
3 CONTEXTUALIZAÇÃO	41
3.1 SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS NO MUNDO.....	41
3.2 SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS NO BRASIL.....	41
3.3 SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS NO ESPÍRITO SANTO.....	42
3.4 PROGRAMA CAPIXABA DE MATERIAIS REAPROVEITÁVEIS.....	43
3.5 O COMITÊ GESTOR.....	45
3.6 OS OITO SUB-COMITÊS.....	45
3.7 FOCO NO RESÍDUO URBANO.....	46
3.8 ATUAL SITUAÇÃO.....	47

4 AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ GESTOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	49
4.1 PARTICIPAÇÃO.....	49
4.2 IMPORTANCIA DA PARTICIPAÇÃO.....	50
4.3 CONTRIBUIÇÃO.....	52
4.4 DIFICULDADES.....	54
4.5 EXPECTATIVAS.....	56
4.6 INTEGRAÇÃO.....	57
4.7 MOTIVAÇÃO.....	59
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	61
6 REFERÊNCIAS.....	64
ANEXO A: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	67

1 – APRESENTAÇÃO

Diante a sociedade em que estamos inseridos nos perguntamos cada vez mais sobre nosso futuro, seja um futuro próximo ou até mesmo aquele que somente as gerações futuras vivenciaram. Na modernidade o consumo está cada vez mais em evidência, a mídia é um dos grandes estimuladores desse comportamento a que todos nós temos uma tendência. Mas, em detrimento dessa situação nos esquecemos, ou simplesmente não lembramos do meio ambiente. Muitos que o defendem são considerados sonhadores e até mesmo utópicos. Devemos esclarecer que toda atividade produtiva gera um resíduo e que para que o desenvolvimento econômico aconteça precisamos crescer e produzir. Mas, a que preço? Lembrando que precisamos do meio ambiente para nossa própria sobrevivência, hoje destacamos a mudança de mentalidade que está nascendo na sociedade atual. Ainda não é tão relevante, mas a preocupação com o meio ambiente torna-se mais evidente a cada dia.

Quando ouvimos a palavra resíduo pensamos logo em lixo, ledão engano. O resíduo hoje pode servir de fonte de renda para muitos e pode sim voltar ao ciclo produtivo, deixando de ser somente um resquício de atividades produtivas para se transformar em matéria prima. Mas, para que isso aconteça é necessário que haja toda uma estrutura e que essa estrutura esteja entrelaçada e alinhada.

Procurando evidenciar essa temática, propomos aqui uma discussão que permeia hoje no estado do Espírito Santo, o governo através de um programa convida a sociedade civil para ajudá-lo na elaboração de diretrizes para a preservação e até mesmo a recuperação do meio ambiente. Estudando o caso proposto colocamos em foco a avaliação da participação da sociedade civil em geral proposta pelo Estado.

De acordo com a Constituição (BRASIL, 1988), no *caput* do artigo 225:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na tentativa de ressaltar a importância do meio ambiente, a criação de políticas públicas que podem colaborar e como a sociedade pode contribuir, estudamos e analisamos nesse trabalho a participação da sociedade no Comitê Gestor de Resíduos Sólidos (COGERES) inserido no Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis (PCMR) que hoje acontece no nosso estado.

1.1 JUSTIFICATIVA / IMPORTÂNCIA

Deparamo-nos com as mais novas mudanças na sociedade moderna e muitas vezes questionamos as mudanças que ocorrem na nossa própria mentalidade. O tema central do presente documento se enquadra não somente na minha vida acadêmica, como na minha vida pessoal há certo tempo. É um tema que envolve

e me faz querer demonstrar os conhecimentos adquiridos com essa pesquisa, que acredito ter suma importância na vida de toda a comunidade que hoje habita esse estado, o Espírito Santo.

Abordar as questões de elaboração de políticas públicas com foco na participação da sociedade é algo muito complexo e que voltado para o fortalecimento das ações de forma compartilhada devem ser estudadas e compreendidas. A gestão compartilhada permite estabelecer um compromisso entre as instituições integrantes desse espaço com a consecução dos objetivos propostos e acordados, a co-responsabilidade nas decisões tomadas e o compartilhamento de pensamentos, experiências e competências. Possibilitam principalmente o aprendizado coletivo, a partir de uma visão mais ampla e sobre diferentes aspectos do universo trabalhado, com vista à identificação dos problemas, limites e obstáculos ao desenvolvimento e a identificação de potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas.

A participação da sociedade civil em qualquer tipo de políticas públicas e também naquelas voltadas ao meio ambiente é um tema bastante corriqueiro no mundo acadêmico. Já se discutiu excessivamente questões como Desenvolvimento Sustentável, Agenda 21, Orçamento Participativo, Comitê de Bacias Hidrográficas, Conselhos Municipais, dentre outros. Podemos citar alguns autores como:

- Juvelina Carvalho, Rocio Castro, Vinícius Rego e Bernadete B. Mossoquette, no artigo intitulado *Conselhos Municipais: sua contribuição para o desenvolvimento local* publicado no EnANPAD de 1999, aborda a questão da descentralização administrativa, com a municipalização das políticas sociais enquanto estratégia nova de gestão.
- Dinah dos Santos Tinoco, Eleonora B. M. T. Beaugrand e João Matos Filho, publicaram o artigo *O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó: uma experiência de planejamento participativo e de implantação de*

um Sistema de Gestão no Rio Grande do Norte, no EnANPAD de 2001. Mostrando a ocorrência, ao longo da elaboração do Plano, de aprendizagem contínua e profícua dos participantes que construíram um instrumento orientador pra o desenvolvimento sustentável da referida região.

- *Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil e no Estado de São Paulo: Um novo modelo de política pública*, foi um artigo escrito por Jésus de Lisboa Gomes e José Carlos Barbieri e publicado no EnANPAD de 2002, onde destaca-se pela contextualização do gerenciamento dos recursos hídricos do país e no estado de São Paulo, dando destaque para os comitês de bacias hidrográficas e coloca em evidência os conflitos sócio-ambientais em torno desse recurso e verifica as tendências de um novo modelo de administração de recursos públicos.
- No EnANPAD de 2003, Antônio Sérgio Araújo Fernandes, publicou o artigo *A Trajetória de Democratização da Gestão Municipal em Recife e Salvador*, onde este faz uma comparação da tentativa simultânea dos governos locais para implementar políticas de participação social na gestão pública.

Mas, o trabalho aqui exposto, possui uma abordagem mais recente e uma discussão que ainda permeia na comunidade espírito santense, o engajamento da sociedade no COGERES que faz parte do PCMR.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Tendo em vista a complexidade da temática da participação da sociedade na gestão pública do meio ambiente e por identificar a necessidade da ampliação em segmentos e na estrutura hoje instituída através do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e a necessidade de focar em temáticas específicas (recursos hídricos, resíduos sólidos, recursos naturais, entre outros), o presente trabalho objetiva avaliar a participação dos diversos atores sociais envolvidos no COGERES do Espírito Santo inserido no PCMR e como podem contribuir para o sucesso do programa.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para se alcançar o objetivo central, buscou-se:

- Identificar as motivações e expectativas de alguns membros das instituições envolvidas no comitê gestor.

- Levantar e descrever o processo de interação entre os diversos atores sociais envolvidos no Comitê Gestor de Resíduos Sólidos, mais especificamente no sub-comitê de resíduos urbanos.

1.3 PROBLEMA

Diante do atual quadro que permeia sobre nossas cidades e sobre a vida moderna dos cidadãos, a maciça urbanização mundial, o crescimento populacional e o consumo desenfreado, começamos a nos indagar sobre nosso futuro. Muitos produtos que hoje são adquiridos não são realmente necessários e muitas vezes são descartados de forma inadequada. Em alguns momentos não temos a menor consciência de todo o lixo que é produzido e gerado por cada pessoa. Por outro lado, há pessoas que vêem no “lixo” oportunidade de renda e

fonte de negócio. No Espírito Santo, hoje, há uma grande discussão sobre os diversos tipos de resíduos sólidos gerados pelas várias atividades produtivas e há um espaço para toda comunidade participar, mas pergunta-se: **como os diversos atores sociais se envolvem e podem contribuir para sucesso do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos inserido no Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis?**

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.4.1 Tipo de Pesquisa

Pode-se afirmar que a característica da questão central proposta e os objetivos específicos para o estudo, o qual possui várias vertentes e complexidades inerentes, torna necessário uma riqueza de detalhamento para descrever tal problema. Optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa por meio de um estudo de caso.

A pesquisa qualitativa se caracteriza por uma tentativa de aferir aspectos subjetivos e mais complexos na análise e se enquadra na proposta deste trabalho pela tentativa de relatar não somente as falas dos entrevistados, mas também suas expectativas e motivações.

O estudo de caso é amplamente recomendado para pesquisas que requerem uma análise aprofundada do objeto de estudo e de suas particularidades, principalmente se tratando de temas ainda incipientes e que incluem inúmeras variáveis com relações complexas entre si. Desta forma, o estudo de caso proporciona uma análise intensiva de uma situação específica (ROSA, 2006).

Para Yin (apud ROSA, 2006), o estudo de caso se torna uma estratégia perfeita quando o foco da pesquisa se concentra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real e surge do desejo de se compreender situações individuais, organizacionais, sociais e políticas com grande complexidade.

Segunda as modalidades de estudo de caso de Stake (apud GIL, 2002) o que mais se enquadra nesta pesquisa seria o estudo de caso intrínseco, onde o caso constitui o próprio objeto de pesquisa.

1.4.2 Instrumento de Coleta

Para a realização da pesquisa como um todo foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica e entrevista semi-estruturada. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Os livros, que são fontes bibliográficas por excelência, podem ser classificados em leitura corrente e de referência. Os livros de leitura corrente são aqueles que correspondem a diversos gêneros literários e obras que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos. Já os livros de referência, ou livros de consulta, são aqueles que objetivam a rápida obtenção das informações requeridas, ou então a localização das obras que as contêm. Tanto artigos científicos, como livros de leitura corrente e de referência foram utilizados para a elaboração desta pesquisa.

O levantamento bibliográfico preliminar auxiliou na elaboração do problema de pesquisa e possibilitou a delimitação da área de estudo. Outra vantagem que merece destaque foi o fato de permitir o conhecimento de uma gama de fenômenos que não seria possíveis pesquisar.

O outro instrumento de pesquisa utilizado e já mencionado acima foi a entrevista que Segundo Patton (apud ROSA,2006), há três diferentes enfoques para a coleta de dados por meio de entrevista: a) a conversa informal, sem perguntas elaboradas; b) a entrevista guiada, com alguns itens previamente preparados; c) a entrevista padronizada, com a rigidez de um questionário. Diante dessas opções optou-se por uma entrevista guiada, portanto, elaborou-se um roteiro baseado no objetivo central e nos específicos e também no referencial teórico. Lembrando que o roteiro das entrevistas segue anexo a esse trabalho.

1.4.3 Forma de Análise dos Dados.

O processamento dos dados coletados ocorreu em momentos e de maneiras distintas. Primeiramente foi caracterizado e contextualizado o tema abordado e posteriormente focou-se no objetivo central da pesquisa. A avaliação das entrevistas foi feita por definição de categorias, previamente elaboradas, e análise de conteúdo da entrevista. As categorias são: participação, importância da participação, contribuição, dificuldades, expectativas, integração e motivação.

1.4.4 Sujeitos da Pesquisa

Frente ao sub-comitê gestor de resíduos sólidos urbanos, que compõe o COGERES e que está inserido no PCMR, onde dezesseis instituições fizeram parte, decidiu-se entrevistar quatro. Foram previamente escolhidos as principais instituições articuladoras e gestoras do comitê, o Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais - IDEIAS, representado pela diretora-presidente, Tereza Cristina Romero, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, representado pelo assistente de assuntos especiais, Linconl Alves

Chagas, e o Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, na pessoa da gestora do PCMR da unidade de projetos industriais, Célia Perin. Sentiu-se também a necessidade de entrevistar outro membro que faz parte do sub-comitê de resíduos urbanos e que poderia colaborar e enriquecer esse estudo, principalmente por fazer parte de uma organização de outro setor. Selecionou-se a Marca Ambiental Ltda, representada pela gerente de projetos, Mirela Chiapani Souto.

1.4.5 Termos Constitutivos da Pesquisa

Frente a uma discussão tão complexa e de certa maneira inovadora, viu-se a necessidade de esclarecer alguns conceitos e dar algumas definições de cunho explicativo.

a) Resíduos sólidos:

Resíduo no estado sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem doméstica, comercial, industrial, agrícola, de serviço da área de saúde, inclusive os de limpeza pública; Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água e esgoto e da drenagem pluvial, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou corpos d'água, ou exijam para isto soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (Anteprojeto de Lei do Programa Nacional de Resíduos Sólidos, 2003).

b) Resíduos sólidos urbanos (RSU): O anteprojeto de lei do Programa Nacional de Resíduos Sólidos (2003) define resíduo urbano, que podem ser classificados como orgânicos e inorgânicos, como:

[...] aqueles resíduos sólidos produzidos em edificações, residências, em estabelecimentos públicos, comércio em geral e os resultantes dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, sempre que não sejam

considerados em legislação específica como resíduo especial ou diferenciado.

- c) Atores sociais: são aqueles envolvidos no processo de participação, basicamente o poder público, as entidades privadas, as organizações de classe, a academia e comunidade científica e a sociedade civil em geral. Cada segmento participa de maneira e com objetivos diferentes, o Estado tem o papel regulatório, as entidades privadas se preocupam com a preservação de sua imagem e possuem também interesses financeiros, as associações de classe procuram um novo nicho de mercado, as Organizações Não Governamentais (ONG's) possuem um objetivo de cunho sócio-ambiental e a comunidade científica se destaca pelo lado acadêmico e técnico.

2 – EMBASAMENTO TEÓRICO

Para se discorrer sobre uma temática com tamanha complexidade e ainda por ser uma pauta relativamente nova, serão aqui abordados os conceitos que entendemos ser relevantes para o esclarecimento da questão proposta. São descritos os conceitos de Cidadania, Democracia e Participação e como eles se aplicam na gestão do meio ambiente. Aborda-se também a questão histórica da gestão ambiental e participativa em âmbito mundial e nacional, assim como questão relativa ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e principalmente a contextualização dos resíduos sólidos. Finalmente, apresenta-se o PCMR, o COGERES e o sub-comitê de resíduos urbanos, abordando a situação atual em que se encontra.

2.1 CIDADANIA

De acordo com o Novo Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1975), cidadão significa *habitante da cidade, habitante de um estado livre, com direitos civis e políticos*. Já cidadania significa *qualidade e direito de cidadão*.

Para se falar em cidadania é necessário ter claro de que tipo de cidadania estamos tratando. Cidadania pode ter conceitos diferentes para indivíduos que ocupam posições tão distintas na sociedade. Enquanto cidadania para uns se confunde somente com o direito de votar, outros já garantem que para ser cidadão o ato de votar deve vir acompanhado de condições econômicas, políticas, sociais e culturais.

A cidadania também significa ter direitos e deveres, este conceito está enraizado na Carta de Direito da Organização das Nações Unidas (ONU), que dentre outros afirma que todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. Declara ainda que: a todos cabe o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação e ao lazer. Acrescentando: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna de ser homem. (COVRE, 2005).

Os deveres do cidadão dizem respeito à fomentar os direitos a todos, assumir responsabilidades em prol da coletividade, cumprir com normas e propostas decididas coletivamente, ser integrante do governo, seja de forma direta ou indireta, pelo ato de votar ou pressionar. (COVRE, 2005).

Deve-se lembrar que a Constituição é uma poderosa arma na mão dos cidadãos, que estes devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias. Pois, é este documento que delimita o poder dos governantes e condensa os direitos dos cidadãos, único instrumento não-violento para a segurança dos indivíduos, que não podem ser tratados arbitrariamente. Os homens de uma sociedade só mantêm-se cidadãos à medida que compartilham as mesmas normas e podem lançar mão delas para se defender. (COVRE, 2005).

De acordo ainda com Covre (2005), este afirma que a cidadania existe somente se houver a prática de reivindicar, de aprimorar espaços e se fazendo valer os direitos do cidadão. Então, a cidadania poderá ser a estratégia para a construção de uma sociedade melhor. Ressaltando que o conhecimento deve cada vez mais se estender a toda população.

Para que a cidadania se efetive deve-se ter em mente que as pessoas necessitam ser os agentes da existência de seus próprios direitos, é preciso trabalhar coletivamente para conquistar esses direitos.

A mesma autora, Covre (2005), afirma que a cidadania pode ser melhor compreendida em termos de direitos civis, políticos e sociais. Mas, que para que esses direitos sejam efetivamente atendidos, eles devem existir interligados. Os direitos civis dizem respeito basicamente ao direito de se dispor do próprio corpo, locomoção, segurança, liberdade de expressão, etc. A luta por esses direitos, tem se intensificado no mundo, mas ainda há muito que fazer para podermos afirmar que esses são respeitados. De qualquer forma, eles dependem da existência dos direitos políticos, estes por sua vez, dependem da existência de regimes efetivamente democráticos. Já os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano. É o direito ao trabalho, a um salário decente e, por extensão, ao chamado salário social, relativo ao direito à saúde, educação, habitação, etc. Os direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e práticas políticas, religiosas, etc. E ainda diz respeito à deliberação dos outros dois direitos, os civis e os sociais. Os direitos políticos, por sua vez são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para se efetivar.

É preciso esclarecer que a cidadania está intimamente ligada à democracia. A democracia assim como a cidadania se constrói a todo instante, nas relações sociais que fazemos parte. É preciso haver uma educação para que haja construção, se organizar para poder lutar. E mais que isso, é preciso criar e cultivar espaços para reivindicação dos direitos, possibilitando a todos ter acesso e conhecimento desses espaços. O cotidiano deve-se transformar historicamente e para que isso ocorra é preciso que a prática cidadã esteja presente na fábrica, no sindicato, nas escolas e na nossa própria casa. E para que haja um avanço devem ser mantidas as condições mínimas de democracia.

2.2 DEMOCRACIA

Se definirmos democracia pelo sentido etimológico da palavra, significa “governo do povo”, ou “governo da maioria”, há ainda um significado de soberania popular. Devemos ter em mente que o indivíduo é acima de tudo um cidadão, membro de uma cidade. A forma política, refere-se “política” ao que é coletivo e ao que é comum a todos, que a próxima geração de cidadãos irá assumir provém da responsabilidade que cada indivíduo assume hoje em relação aos assuntos coletivos. É através de ações políticas em busca de valores coletivos que os cidadãos ganham espaço na esfera participativa e se modernizam pela palavra, pelo gesto e pela ação de cada um. (ROSENFELD,1994).

Podemos afirmar ainda, segundo Rosenfield (1994), que democracia “[...] é o lugar público do processo de identificação da sociedade consigo em proveito de uma nova forma de organização política” (p. 12). E pode inclusive significar “[...] uma mera aparência de participação política, embora o seu sentido originário seja precisamente o de uma efetiva participação dos indivíduos em assuntos públicos”. (p. 13).

Segundo o mesmo autor, a liberdade política, a liberdade de intervenção na cena pública, vem a contrapor-se a uma forma estatal de organização do espaço público que, em nome da necessária regulação dos conflitos sociais e do bem comum, vem a reduzir a possibilidade igualmente dada a cada cidadão de participação nos assuntos coletivos. A liberdade a qual a democracia se sustenta não está ligada ao livre-arbítrio da vontade particular de cada cidadão. Mas, se sustenta

[...] na criação de um espaço comum onde os homens se reúnem para deliberarem juntos sobre seus problemas coletivos, não somente sobre os grandes problemas do Estado mais sobre tudo o que diz respeito, do bairro à escola, a seus assuntos comuns. (p. 39).

Logo, a sociedade está em um constante movimento de expansão de suas liberdades.

A capacidade de tomar a iniciativa, de agir politicamente, a participação no processo de elaboração dos problemas públicos e a presença direta ou indireta na praça pública está profundamente enraizada no imaginário democrático. A reunião de todos aqueles que constituem a sociedade numa forma de organização política aberta ao seu aperfeiçoamento dá aos cidadãos um novo sentido da comunidade, não excluindo ninguém, por princípio, dos assuntos públicos. Entretanto, nos tempos modernos, o movimento econômico da nova sociedade converte tudo o que se apresenta em seu caminho em mercadoria, o homem e a terra inclusive, e

[...] a padronização do comportamento faz com que os indivíduos, voltados para a satisfação dos seus interesses materiais através do consumo de objetos recorrentemente novos, fujam das suas responsabilidades no tocante à coletividade (ROSENFELD, 1994, p. 76).

Os direitos cívicos que asseguram a não publicidade do que é privado, o direito ao bem-estar material e o direito do indivíduo à livre afirmação das suas capacidades nas diferentes esferas da vida humana determina e é determinado pelo direito público. Neste tomam forma as diferentes liberdades constitutivas da sociedade civil, de tal modo que a liberdade política, enquanto livre participação de todos nos assuntos públicos, possa realizar-se plenamente. (ROSENFELD, 1994).

Devemos lembrar que a lei que nos referimos diz respeito à lei maior, a Constituição, que regula a vida política da sociedade, porém a maioria das vezes essa lei maior não expressa a vontade da maioria.

Um dos maiores objetivos da democracia é o de não uniformizar o discurso político, e sim, o de liberar

[...] diferentes discursos da sociedade, em vez de impor uma única forma de organização das relações sociais e políticas, ela se abre a várias possibilidades de organização setorial da sociedade, em vez de tudo aspirar em si, ela pode criar espaços sociais autônomos em relação à intervenção estatal. (ROSENFELD, 1994, p. 59).

Algumas citações importantes feitas por Rosenfield (1994) e que merecem destaque são:

A apatia política e a inércia dos cidadãos diante dos assuntos políticos tornaram-se um problema estrutural da democracia moderna. A política chega a tomar a forma de um 'negócio', particular como qualquer outro, diluindo o próprio sentido comunitária da ação política (p. 75).

Já " [...] o discurso político, cujas funções são as de exprimir o interesse geral, de reunir indivíduos em torno de um mesmo projeto e de se construir enquanto início de uma nova ação política, torna-se um mero 'discurso burocrático'" (p. 77).

O problema reside no modo de focar este processo de representação política, pois se a democracia, enquanto forma de governo, fica restringida à vida da nação, legislando sobre esta sem consultá-la, a sociedade é tomada por um processo geral de desinteresse para com a "coisa pública". A própria "coisa pública" vem a ser considerada como algo que pertence aos políticos e não à nação no seu conjunto. (ROSENFELD,1994,p. 76).

[...] uma sociedade cujo 'barulho' não é o de uma discussão polêmica expressando a pluralidade do social torna-se vítima de uma uniformização política e de um mutismo social. Calar a sociedade civil significa *des-articular* a pluralidade dos discursos políticos e não enunciar o que, de direito, corresponde à vida pública da sociedade. (ROSENFELD,1994, p. 78).

No mundo moderno, se vangloria o trabalho e a igualdade, seja social ou material, o que transforma a sociedade em sociedade de trabalhadores, que se volta somente para a satisfação material e acumulação de riquezas. Favorecendo assim, o fortalecimento do Estado, já os cidadãos vêem restritas as suas possibilidades de intervenção política. Entretanto, vivemos em um Estado democrático e

[...] o conceito de democracia pressupõe um conjunto de leis cuja função é a de articular o processo contraditório da sociedade e do Estado, de modo que o entendimento político entre os diferentes grupos e classes sociais, bem como dos partidos políticos, possa se fazer a partir de valores comuns reconhecidos enquanto tais." (ROSENFELD,1994, p. 85).

Mas, o que se esconde nesse Estado democrático é a dimensão da massa de indivíduos que não comparece nos lugares públicos, que não ocupam esse espaço político, que não se sindicalizam e podem corriqueiramente atribuir pouca importância às eleições. (ROSENFELD,1994).

“Sendo a democracia, não um ideal de sociedade perfeita, mas um projeto que parte de sua própria imperfeição, sendo, pois algo que depende basicamente de uma vontade política, o desafio que nossa sociedade nos lança hoje é bem o de representar o sentido da nossa vida pública, aprofundando um processo de democratização social que não conseguiu ainda democratizar o mecanismo de funcionamento estatal, mas que caminha nessa direção. Caso contrário, corremos o risco de aumentar o processo de desagregação social e política em que vivemos, fortalecendo grupos políticos adversos desta tendência democrática atual e arriscando fazer com que o país caia sob o jugo de um Estado com características autoritárias talvez ainda mais fortes”. (ROSENFELD,1994, p. 88).

2.3 PARTICIPAÇÃO

Nos últimos anos, a palavra participação tornou-se parte do vocabulário popular. Isso aconteceu na onda de reivindicações pela abertura de novas áreas de participação e também por aqueles que queriam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria. (PATEMAN,1992). O uso abusivo desta palavra fez com que muitos autores questionassem a sua empregabilidade em diversos termos e assuntos. Se consultarmos o dicionário podemos encontrar que participação significa acto ou efeito de participar, já a palavra participar deriva do latim *participare* e significa tomar ou ter parte em; associar-se. Ou ainda: comunicar; fazer saber; dar parte de. (FERREIRA, 1975)

“Os dados obtidos em amplas investigações empíricas sobre atitudes e comportamentos políticos, realizadas na maioria dos países ocidentais nos últimos vinte ou trinta anos, revelam que a característica mais notável da maior parte dos cidadãos, principalmente os de grupos de

condição sócio-econômica baixa, é uma falta de interesse generalizada em políticas e por atividades políticas” (PATEMAN,1992, p. 11).

Joseph Schumpeter (apud PATEMAN, 1992, p. 12), afirma que a “[...] democracia é um *método* político, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas”.

Uma vez que a principal crítica de Shumpeter à “doutrina clássica” era que o papel central de participação e tomada de decisões por parte do povo baseia-se em fundamentos empiricamente irrealistas, em sua teoria revisada o ponto vital é a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo. (PATEMAN,1992, p13).

Na teoria de Shumpeter, os únicos meios de participação abertos aos cidadãos são o voto para o líder e a discussão. Ainda afirma que os líderes precisam ser ativos, possuir iniciativa e decisão, e a competição entre os líderes pelos votos constitui o elemento democrático característico. (PATEMAN,1992).

Berelson (apud PATEMAN, 1992,) afirma, em suma, que a participação limitada e a apatia política têm uma função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças. Se considerarmos o argumento de que a moderna teoria de democracia deve ter uma forma descritiva e concentrar-se no sistema político vigente, pode-se perceber que os altos níveis de participação e interesse são exigidos apenas de uma minoria de cidadãos e que, além disso, a apatia e o desinteresse da maioria cumpre um importante papel na manutenção da estabilidade do sistema tomado como um todo.

Outro autor que concorda com Berelson seria Dahl (apud PATEMAN,1992), afirmando que os grupos de condições sócio-econômica baixa apresentam menos índice de atividade política e também revelam com maior freqüência as personalidades “autoritárias”. Assim sendo, na medida em que o aumento da atividade política traz esse grupo à arena política, o consenso a respeito das normas pode declinar. Um aumento da taxa de participação, portanto poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático.

No livro Teoria democrática de Sartori (apud PATEMAN, 1992), ressalta que não são apenas as minorias que governam e sim as elites (em competição). Para este autor existe um medo de que a participação ativa da população no processo político leve direto ao totalitarismo. O povo, diz ele, deve “reagir”, ele não “age”, isto é, deve reagir às iniciativas e políticas das elites rivais. Argumenta ainda que a apatia política dos cidadãos não seja necessariamente provocada pelo analfabetismo, pela pobreza ou pela insuficiência de informação, assim como não foi constatada que ela pode resultar da falta de prática democrática. Afirma que as pessoas só compreendem e se interessam de fato por assunto dos quais têm experiência pessoal, ou por idéias que conseguem formular para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política. Este mesmo autor diz ainda que a única maneira de mudar esses métodos democráticos seria através da coação dos apáticos ou pela penalização da minoria ativa, mas nenhum dos dois métodos seria aceitável.

Pateman (1992) analisa diferentes teorias de democracia e denomina *a teoria contemporânea da democracia*, afirma que o elemento democrático característico do método é a competição entre os líderes (elite) pelos votos do povo, em eleições periódicas e livres. “As eleições são cruciais para o método democrático, pois é, principalmente através delas que a maioria pode exercer controle sobre os líderes”. (p. 25). Afirma também que a “liberdade política”, na teoria refere-se ao sufrágio universal e à existência de igualdade de oportunidades de acesso aos canais de influência sobre os líderes.

Já a participação para Pateman (1992) no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. E a função da participação nessa teoria “[...] é apenas de proteção: a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados”. (p. 25). Concorda também com os outros autores citados acima no que diz

[...] o nível de participação da maioria não deveria crescer acima do necessário a fim de manter o método democrático (máquina eleitoral) funcionando”, significando também que “um aumento de participação dos apáticos enfraqueceria o consenso quanto às normas do método democrático. (p. 25).

Outro autor que concorda com essas teorias propostas é Bachrach (apud PATEMAN, 1992) que observa que esse modelo de democracia pode ser visto como aquele em que a maioria (não elites) obtém o máximo de rendimento (decisões políticas) dos líderes, com o mínimo de investimento (participação) de sua parte.

James Mill e Bentham (apud PATEMAN, 1992, p. 33) afirmam que a participação tem uma função apenas protetora, assegura proteção aos interesses privados de cada cidadão e “[...] sendo o interesse universal uma mera soma dos interesses individuais”. Nas teorias de John Stuart Mill e Rousseau (apud PATEMAN, 1992), a participação revela funções bem mais abrangentes e é fundamental para o estabelecimento e manutenção do Estado democrático, Estado esse considerado não apenas como um conjunto de instituições representativas nacionais, mas como aquilo que denomina de sociedade participativa.

Para Rousseau (apud PATEMAN, 1992), em O Contrato Social, a participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões é bem mais do que complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas.

Este autor afirma também que certas condições econômicas são necessárias para um sistema participativo, devendo existir uma situação em que “[...] nenhum cidadão fosse rico o bastante para comprar o outro e que nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender”. (ROUSSEAU, apud PATEMAN, 1992, p. 36). Considerava ainda que a situação ideal para tomada de decisões seria a que não contasse com a presença de grupos organizados, apenas indivíduos, pois os

primeiros poderiam querer que prevalecessem suas “vontades particulares”. Declara também que durante o processo participativo o indivíduo aprende que a palavra “cada” aplica-se a ele mesmo; o que vale dizer que ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros; e ele aprende que os interesses públicos e privados encontram-se ligados. Como resultado de sua participação na tomada de decisões, o indivíduo é ensinado a distinguir entre seus próprios impulsos e desejos, aprendendo a ser tanto um cidadão público quanto privado.

A teoria da educação de Rousseau (apud PATEMAN, 1992) baseia-se na criação de situações que “forneçam” ao indivíduo aprender sozinho, podemos exemplificar isso quanto este afirma que ao se estabelecer o sistema participativo, ele se torna auto-sustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem-sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula; quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo.

Rousseau (apud PATEMAN, 1992) sugere ainda que a participação possui a função de integração, fornecendo a sensação de que cada cidadão isolado “pertence” à sua comunidade. O mais importante é a experiência da participação na tomada de decisões, e a complexa totalidade de resultados a que parece conduzir tanto para o indivíduo quanto para o sistema político como um todo; tal experiência integra o indivíduo a sua sociedade e constitui o instrumental para transformá-la numa verdadeira comunidade.

J.S. Mill (apud PATEMAN, 1992) argumenta a grande importância da função educativa para a participação, pois se o indivíduo se ocupa somente com seus assuntos privados, e não participa das questões públicas, sua “auto-estima” é afetada, assim como permanece sem desenvolver suas capacidades para uma ação pública responsável. Faz críticas ainda que de nada servem o sufrágio universal e a participação no governo nacional, se o indivíduo não foi preparado

para essa participação a um nível local; é neste nível que ele aprende a se autogovernar.

Um de suas frases mais marcantes é:

Não aprendemos a ler ou escrever, a guiar ou a nadar apenas porque alguém nos diz como fazê-lo, mas porque o fazemos, de modo que será somente praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá possibilidade de aprender a exercitá-lo em maior escala. (MILL, apud PATEMAN, 1992, p. 50)

Analisando a participação da sociedade por outra perspectiva, podemos citar autores como Storino (2000), que vê o processo participativo por uma óptica política e afirma:

A participação cidadã constitui uma das dimensões do processo de tomada de decisão do poder público e deve constituir uma dimensão chave da problemática do desenvolvimento, contribuindo para o avanço da democracia. Sendo assim, a participação deve ser observada como um meio de socialização da política e sob a forma da geração de espaços públicos e mecanismos de articulação do Estado com os sujeitos sociais. Constitui uma alternativa política de intervenção dos indivíduos em atividades públicas, enquanto portadores de interesses sociais. Relaciona-se, portanto, com a elaboração das opções e das decisões de interesse público. Nesta concepção, a participação cidadã é um meio de reconhecimento e expressão dos interesses sociais marginalizados. Está em jogo, portanto, a redistribuição do poder político. Um processo de decisão participativa é essencialmente um processo de negociação, de relação humana e, é através do entendimento que o homem poderá encontrar o caminho mais apropriado, a decisão mais acertada, para o seu próprio benefício e do outro. Cabe, então, verificar se as decisões são compartilhadas e legitimadas pela coletividade, pois, entendemos que essa é a única forma da política pública produzir resultados efetivos. (p. 9).

Podemos também ressaltar através de autores como Barbieri e Lage (2001) a contribuição que a participação gera no desenvolvimento de políticas, principalmente àquelas voltas para o desenvolvimento, destacando o desenvolvimento sustentável.

Um requisito que se depreende do conceito de desenvolvimento sustentável é a necessidade de ampliar a participação da população nos processos decisórios. Isso significa considerar a participação efetiva de

uma multiplicidade de atores que compõem uma dada sociedade nos processos de tomada de decisão. Participação efetiva que não se reduz ao exercício do direito de votar para escolher os governantes e os representantes no legislativo. Talvez uma das formas mais efetivas de participar seja através da sociedade civil organizada para defender direitos, promover ajuda humanitária, difundir informações, proteger o meio ambiente, etc. Torna-se fundamental o surgimento de múltiplas experiências participativas, como fóruns da sociedade civil, para discutir as questões do desenvolvimento sustentável. (BARBIERI; LAGE, 2001,p.12)

Algumas experiências feitas a partir de um trabalho de capacitação com os membros do fórum, mostrou a competência da sociedade civil em apontar todas as deficiências e dificuldades impostas pelas condições, bem como as alternativas possíveis, com base nos recursos locais, para superá-la, a despeito da falta de conhecimento técnico. (BARBIERI; LAGE, 2001).

Nesta perspectiva os mecanismos de participação devem ser os mais amplos e democráticos possíveis, porém com estrutura suficiente para sintetizar e formalizar os anseios e respostas da sociedade, de modo que se possa acompanhar e monitorar a implementação das decisões discutidas com a sociedade civil, caso contrário, tem-se na participação apenas um instrumento de demagogia e consolidação de estratégias dos grandes agentes econômicos, que buscam comprovar a incapacidade de gestão e controle social da sociedade civil, justificando assim, a hegemonia econômica. (BARBIERI; LAGE, 2001).

2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Vivemos em uma sociedade voltada para o consumo, onde muitas vezes a gestão dos recursos naturais é deixada de lado em favor do desenvolvimento econômico. O conceito de desenvolvimento, que durante séculos foi entendido como crescimento econômico, ou como pura acumulação de capital, vem passando ao longo das últimas décadas por mudanças, principalmente ao que se refere ao desenvolvimento sustentável. O que antigamente se aceitava como

“conseqüência” do desenvolvimento hoje já é amplamente discutido e até mesmo negado.

Segundo Schmidheiny (1992) as tendências globais do terceiro milênio oferecem esperanças: a expectativa de vida das pessoas melhorou consideravelmente, a produção mundial de alimentos ficou bem além do aumento populacional e o mundo não está assomado por qualquer escassez de matéria-prima em um futuro previsível. Mas, o mundo passa por graves ameaças, devemos considerar que:

- Um planeta já superlotado provavelmente terá de suportar o dobro de pessoas no próximo século.
- Não se está dando tempo para que os recursos renováveis se renovem. Vivemos mais do “capital” do planeta do que de seus “rendimentos”.
- Os sistemas de destinação final segura de resíduos estão sendo sobrecarregados. O uso excessivo ou mau uso dos recursos naturais levam à poluição do ar, das águas e dos solos. O que pode ocasionar mudanças no clima e nos sistemas de circulação atmosférica.
- O meio ambiente está sendo degradado rapidamente, as fecundas terras aráveis estão se transformando em desertos, as florestas em pastagens sem valor e as terras alagadas de água doce em solos mortos e salgados. Ecossistemas degradados perdem a biodiversidade, numa forma irreversível de destruição.
- O declínio ambiental e econômico faz parte da mesma espiral descendente, onde mais de um bilhão de pessoas não consegue suprir suas necessidades básicas.

Para que esse quadro seja revertido, Schmidheiny (1992) diz que uma ação se faz claramente necessária. Porém, uma incerteza científica de efetivar ações, saber como e quando agir, torna mais difícil. Em contraposição, afirma que uma solução é adotar o “princípio da precaução”, que implica que a falta de certeza científica não deve ser usada como pretexto para adiar medidas que evitem uma degradação maior e irreversível.

A discussão a respeito do desenvolvimento sustentável surgiu primeiramente durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972) e a partir desse passo inicial essa temática está alinhada não somente no meio acadêmico, mas também no cotidiano de todos nós. O conceito elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, também chamada de Comissão de *Brundtland*, e que ainda é o mais utilizado, afirma em *Nosso Futuro Comum* que o desenvolvimento sustentável “[...] é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. (p. 46)

Schmidheiny (1992) diz que esse conceito reconhece que o crescimento econômico e a proteção ambiental estão inextricavelmente ligados, e que a qualidade de vida presente e futura se fundamenta em suprir as necessidades humanas básicas sem destruir o meio ambiente do qual toda vida depende.

Sachs (apud BARBIERI; LAGE, 2001) defende o conceito de que:

[...] o desenvolvimento sustentável está baseado em cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A social refere-se à equidade social, ao pacto entre as atuais gerações; a econômica refere-se não só à necessidade de manter fluxos regulares de investimentos, uma preocupação dominante nos planos de desenvolvimento tradicionais, mas também à gestão eficiente dos recursos produtivos. Além disso, é necessário que os benefícios do crescimento econômico fiquem na região ou local para fortalecer as fontes endógenas de poupança e investimento. A ecológica, como o próprio nome indica, refere-se às ações para evitar danos ao ambiente causados pelos processos de desenvolvimento, tais como, substituindo o consumo de combustíveis fósseis por outros renováveis, reduzindo as

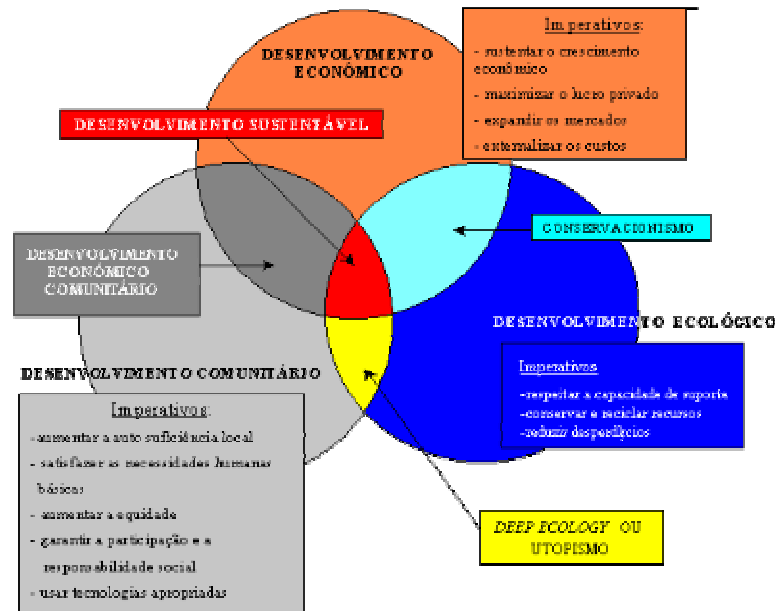
emissões de poluentes, preservando a biodiversidade, etc. A espacial concerne à busca de uma configuração rural-urbana equilibrada e uma melhor solução para os assentamentos humanos. A cultural refere-se ao respeito que deve ser dado às diferentes culturas e às suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados às especificidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local. (p. 3)

Barbieri e Lage (2001) acrescentam ainda às cinco dimensões de sustentabilidade de que fala Sachs, sustentabilidade política, entendida como fortalecimento das instituições democráticas e a promoção da cidadania, pois um projeto de desenvolvimento sustentável deverá levar em conta as demandas dos diferentes segmentos que compõem a sociedade.

Para isso é necessário promover os direitos e as garantias fundamentais do ser humano, dentre elas, a liberdade de expressão, de associação, de locomoção, de acesso às informações e outras indispensáveis ao desenvolvimento pessoal e coletivo. Vale ressaltar que um projeto de desenvolvimento sustentável não deve ser um projeto do governo, mas da sociedade como um todo, daí a necessidade de assegurar a participação efetiva de todos os seus segmentos. (BARBIERI; LAGE, 2001, p. 4)

De acordo com o *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI, apud BARBIERI; LAGE, 2001), desenvolvimento sustentável é um programa de ação para reformar a economia global e regional, cujo desafio é desenvolver, testar e disseminar meios para mudar o processo de desenvolvimento econômico de modo que ele não destrua os ecossistemas e os sistemas comunitários, tais como, cidades, vilas, bairros e famílias. No nível local, o desenvolvimento sustentável requer que o desenvolvimento econômico local apóie a vida e o poder da comunidade, usando os talentos e os recursos locais.

Figura 1: Desenvolvimento Sustentável no Nível Local



Fonte: ICLEI, 1.996, pg. 2.

A idéia de desenvolvimento faz parte do anseio da maioria dos povos e hoje já está inscrito como um dos direitos humanos inalienáveis. A Assembléia Geral da ONU, através da Resolução 41/128 de 04/12/86, declara que

[...] o direito ao desenvolvimento é um direito inalienável do homem em virtude do qual toda pessoa e todos os povos têm o direito de participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de modo que todos os direitos e liberdades fundamentais do homem possam ser realizados plenamente, e de beneficiar-se desse desenvolvimento (Art. 1º). (BARBIERI E LAGE, 2001, p. 13).

A Agenda 21 Global, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), por representantes de quase todos os países, consolidou-se como a maior tentativa de estabelecer um compromisso mundial visando à construção de um novo padrão de desenvolvimento do planeta para o século XXI. Surge então, um plano que aglutina práticas com base em um modelo de desenvolvimento, que engloba os aspectos econômicos, com equilíbrio ambiental e justiça social. A Agenda 21 foi um marco no que diz respeito à criação de estratégias de desenvolvimento que incorpore democracia participativa e a interação do indivíduo com o ambiente. A Agenda 21 contempla quarenta capítulos distribuídos em quatro seções que tratam dos seguintes aspectos:

- Seção 1 - aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento, tais como, erradicação da pobreza, assentamentos humanos, mudança dos padrões de consumo, promoção da saúde e integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisão;
- Seção 2 - aspectos ambientais e gerenciamento de recursos naturais, por exemplo, proteção da atmosfera, combate ao desflorestamento, gerenciamento de ecossistemas frágeis, promoção do desenvolvimento dos resíduos sólidos, etc;
- Seção 3 - fortalecimento do papel dos principais grupos sociais, entre eles, os trabalhadores, o comércio e a indústria, a comunidade científica e tecnológica, as mulheres, os jovens, as ONGs e as autoridades locais; e
- Seção 4 - os meios de implementação, envolvendo recursos financeiros, sistemas de informações para a tomada de decisão, transferência de tecnologia, arranjos institucionais, promoção do ensino, etc.

Esse compromisso para o novo século possui muitos aspectos participativos distribuídos por quase todos os capítulos. Os capítulos que mais se enquadram na proposta do presente documento são, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Capítulo 08, aborda a temática de integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões. Possui como principal objetivo melhorar ou reestruturar o processo de tomada de decisões de modo a integrar plenamente a esse processo a consideração de questões sócio-econômicas e ambientais, garantindo, ao mesmo tempo, uma medida maior de participação do público.

- Capítulo 28, iniciativa das autoridades locais em apoio à Agenda 21 local, e tem como principais atividades iniciar um diálogo entre autoridades, cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma "Agenda 21 local". Por meio de consultas e da promoção de consenso, as autoridades locais devem ouvir os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais, obtendo assim as informações necessárias para formulação das melhores estratégias. O processo de consultas aumenta a consciência das famílias em relação às questões do desenvolvimento sustentável.

Na ocasião, os governos assumiram a responsabilidade de efetuar suas Agendas 21 nacionais e locais. Esse processo tem sido coordenado pelo MMA que estabeleceu a Agenda 21 como um Programa de Governo no âmbito da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Recentemente, o governo incentivou a criação da Rede Brasileira de Agenda 21 que insere em seu contexto a participação dos segmentos públicos e privados da sociedade civil de forma integrada.

Paralelamente, a partir de 1992 até 2000 se discutiu em todo o mundo a criação de um documento que recentemente foi intitulado de Carta da Terra. Seus formuladores (BRASIL, 2004) descrevem como:

A Carta da Terra, esta concebida como uma declaração de princípios éticos fundamentais e como um roteiro prático de significado duradouro, amplamente compartilhado por todos os povos. De forma similar à Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a Carta da Terra será utilizada como um código universal de conduta para guiar os povos e as nações na direção de um futuro sustentável (p. 11).

Os principais itens que diz respeito à problemática aqui abordada são:

- Princípio um, item três - Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas;

- Princípio quatro, item treze - Reforçar as instituições democráticas em todos os níveis e garantir-lhes transparência e credibilidade no exercício do governo, a participação inclusiva na tomada de decisões e no acesso a justiça.

2.5 A GESTÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Saindo do âmbito global e entrando em uma temática nacional, a questão ambiental marca a história do Brasil desde o período colonial. Entretanto, a partir de 1930 com um Estado centralizador é que a regulamentação ambiental se afirma. Cunha e Coelho (apud BOEIRA, 2004) afirmam que há três momentos na história das políticas ambientais:

a) o período de 1930 a 1971, que é caracterizado pela construção de uma base de regulação dos usos de recursos naturais;

b) no segundo período, de 1972 a 1987, a ação intervencionista do Estado chega ao ápice;

c) o terceiro período, de 1988 aos dias atuais, caracteriza-se pelos processos de democratização decisórios, e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

Após a última fase há uma abertura para a participação da sociedade na gestão ambiental. O conceito de gestão refere-se, primordialmente, ao presente, aos procedimentos operacionais, a administração e a aplicações de leis, regulamentos e indicadores, normas, planos e programas: o conceito de planejamento prioriza o futuro, as estratégias, embora pressuponha uma reavaliação do passado e do

presente (SOUZA, apud BOEIRA, 2004). Enquanto o conceito de políticas públicas é restrito a uma atividade especializada do Estado moderno-industrial, o de Política, em sentido clássico, inclui todas as atividades relativas à convivência humana num determinado espaço habitável. (BOEIRA, 2004).

Já a gestão ambiental vem assimilando gradualmente desde a contribuição das ciências “antropossociais” as ciências “naturais” ou “exatas” (RIBEIRO apud BOEIRA, 2004).

Para se falar de gestão participativa é necessário ter em mente a complexidade inerente nesse termo. Envolve diversos, conceitos, técnicas, experiências, práticas e um profundo conteúdo filosófico-doutrinário. Pode-se definir de maneira abrangente como uma filosofia ou doutrina que valoriza a participação das pessoas no processo de tomar decisões sobre diversos aspectos da gestão. Outras implicações que devem ser consideradas são: participar não é natural nos modelos convencionais de administração; e a participação das pessoas envolvidas nos diversos níveis de decisão contribui para aumentar a qualidade das decisões. Albuquerque (apud JACOBI, 2006) define como

[...] um modelo de gestão humanizado que emprega participativamente o trabalho e os talentos humanos, baseando-se na equitativa convergência de interesses entre fornecedores, empregadores, empregados e clientes. (p. 34)

No contexto da transição pós-democrática no Brasil e por forças das pressões de uma sociedade civil mais ativa e mais organizada foram sendo criados novos espaços públicos de interação, mas principalmente de negociação. Nesse contexto, a participação social emerge principalmente como referencial de rupturas de tensões e as práticas participativas associadas a uma mudança qualitativa da gestão assumem visibilidade pública e repercutem na sociedade (JACOBI, 2006).

A participação social se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não tem acesso (JACOBI, 2006). Na última década, as formas de participação mais recorrentes estão centradas principalmente na criação de novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública. (DAGNINO apud JACOBI, 2006).

Um grande problema que engloba essa temática é que as pesquisas mostram que os encontros entre estado e sociedade têm sido afetados negativamente por uma grande recusa do estado em partilhar o poder de decisão (TATAGIBA apud JACOBI, 2006). Um grande exemplo que podemos citar de participação da população é o do Orçamento participativo que vem constituindo como um mecanismo ampliado de engajamento da sociedade na gestão das políticas públicas. Deve-se recordar que as práticas sociais não englobam somente direitos, mas também deveres.

No Brasil, a efervescência política que caracterizou a década de 80 e a presença ativa dos “novos” atores e movimentos sociais contribuiu para dar um primeiro grande passo na transformação do Estado e para a instalação das novas regras do jogo entre as esferas “políticas” e “civil”. Desta forma, a luta orientou-se para a instalação de mecanismos mais eficazes de influência nas políticas públicas por parte da Sociedade Civil, desde a fase de formulação, até implementação, avaliação e acompanhamento (BECKER; FREIRE, 2007).

A participação da sociedade se dá com diversos objetivos, entre eles: estar presente em instâncias decisórias ou em canais de diálogo com o governo e fazer pressão sobre políticos ou agentes governamentais, mobilizando-os em torno de ações, leis e decisões que traduzam diferentes necessidades das comunidades ou grupos sociais. A instituição de direitos sociais e coletivos, a descentralização e a criação de conselhos deliberativos para gestão de políticas contribuíram para ampliar o processo de democratização e para redefinir tanto o papel da sociedade

civil na sua relação com o Estado, quanto dos mecanismos de intervenção compartilhada na condução das políticas públicas (BECKER; FREIRE, 2007).

A participação da sociedade civil pode-se dar de diversas maneiras, e através de diversos mecanismos, sejam instituídos, ou informais. No Brasil, os importantes avanços nesta área criaram interfaces tais como: as Ouvidorias Públicas; o Ministério Público; os Conselhos Gestores, Fundos e Comissões de Políticas Públicas (de Saúde, de Direito da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Trabalho e Emprego, Educação, Meio Ambiente, Idosos, entre outros) que geraram uma transformação radical na participação da sociedade civil, instalando a concepção de co-gestão do público; o Orçamento Participativo; a Agenda 21; o Estatuto da Cidade; os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano; os Planos Plurianuais; os Fóruns Deliberativos e as Audiências Públicas. (BECKER; FREIRE, 2007).

Porém, existem muitas falhas nesse processo. Gandin (2001) afirmou que a participação é, contudo, hoje um conceito que serve a três desastres extremamente graves: a manipulação das pessoas pelas “autoridades”, através de um simulacro de participação; a utilização de metodologias inadequadas, com o conseqüente desgaste da idéia; e a falta de compreensão do que seja realmente a participação.

Em alguns casos os formuladores de políticas sociais consultam a população apenas para referendar uma ação já planejada e aprovada em outras instâncias – a chamada participação “decorativa”. Espaços de participação podem ser mal aproveitados ou “privatizados” por grupos de poder e interesse. (BECKER; FREIRE, 2007).

Jacobi (2006), também afirma essas falhas ao dizer que as desigualdades econômicas e a pressão política valorizam excessivamente o papel de alguns atores, em detrimento de outros. Assim, nos conselhos frequentemente ocorre

uma inibição de alguns agentes quando outros se diferenciam pelo poder econômico e ou político em processo de tomada de decisão e consulta.

Outro problema freqüente é o excesso de burocracia e a complexidade de muitos procedimentos o que desestimula a participação cidadã (JACOBI, 2006), o que pode provocar a desarticulação do grupo como um todo. Deve-se esclarecer que o fator motivação é de extrema importância para a participação, o grupo deve se sentir não somente participante, mas ter ações pró-ativas também. A demonstração de resultados do planejamento elaborado pelo grupo é de suma importância. Quando se passa por um longo e burocrático processo pode-se desarticular e desestimular os atores envolvidos, ocorrendo um descrédito na participação efetiva. É importante realizar um conjunto de ações pautadas a curto, médio e longo prazo. Servindo como estratégia de manutenção do grupo. Contudo, há ainda outro descrédito na participação social é a alta rotatividade nos cargos públicos, e sem o apoio do Estado, há uma descontinuidade nos programas e propostas sugeridas. Também há um descrédito nos políticos e nas instituições públicas.

3 - CONTEXTUALIZAÇÃO

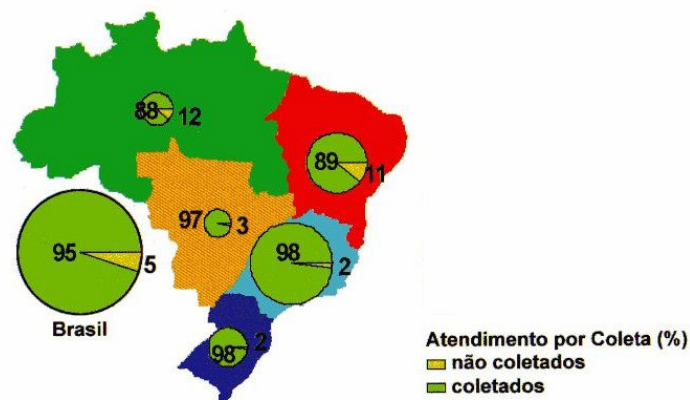
3.1 SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS NO MUNDO

Com o alto índice de consumo da sociedade moderna e com a rápida concentração da população em áreas urbanas, os resíduos sólidos, sejam eles urbanos ou de qualquer outra natureza tornaram-se um problema grave. Com o processo de urbanização, geração de riquezas pelas cidades e com os avanços tecnológicos, a composição do lixo foi gradativamente se alterando e acrescentando novos itens. Sacos plásticos, embalagens longa-vida, isopor e latas de alumínio, que antigamente não eram tão comuns hoje fazem parte do cotidiano de todos nós. Muitos desses materiais não são degradáveis ou possuem um longo processo de degradação. A reciclagem, o que em outras palavras seria a volta do produto ao processo produtivo, é uma das melhores opções para se poupar o meio ambiente.

3.2 SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

A pesquisa feita pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) em 2005 revela que o Brasil produz cerca de 173.524 toneladas por dia de resíduo sólido urbano (RSU) e que a região sudeste é responsável por mais de 47% desses resíduos e que em média 5% dos RSU do país não são coletados.

Figura 2 – Atendimento por Coleta (%)



Fonte: Panorama dos Resíduos Sólidos Urbanos, ABRELPE, 2005, p33.

A figura acima retrata os montantes não coletados de RSU e é exatamente na destinação final desses resíduos que se localiza o principal problema no Brasil. Outro dado importante fornecido pela ABRELPE (2005), é que cerca de 60% da quantidade de RSU coletada é disposta de forma inadequada, lançados a céu aberto, em lixões ou em meios hídricos, correspondendo a aproximadamente 99 mil toneladas por dia desse resíduo. Outro problema grave na situação dos RSU no país é que uma parcela considerável das outras 66 mil toneladas diárias consideradas oficialmente com disposição adequada é de fato disposta em aterros controlados e não sanitários.

3.3 SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESPÍRITO SANTO

Embora, faltem informações mais atualizadas sobre a os resíduos sólidos no estado do Espírito Santo, alguns dados apontam que a situação é crítica. Como por exemplo, a pesquisa feita pelo Fórum Lixo e Cidadania em 2003, onde 68 municípios foram pesquisados, afirma que em somente 36,8% é utilizado o aterro controlado como forma de tratamento e destinação final do lixo coletado. Pode-se afirmar que após quatro anos, a partir da realização da pesquisa, não houve muitas mudanças. Ainda faltam políticas públicas e investimento no setor para esse quadro ser revertido.

3.4 PROGRAMA CAPIXABA DE MATERIAIS REAPROVEITÁVEIS

Figura 3 – Símbolo do PCMR utilizado em todos os materiais promocionais



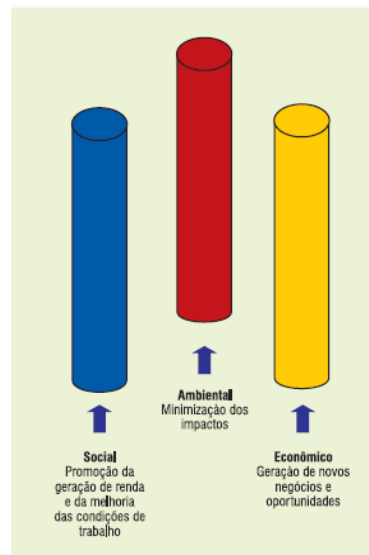
Fonte: Cartilha sobre o PCMR, 2006, p1.

O Programa estruturado em 2006 teve suas ações iniciais, com a realização do I Seminário de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, realizado em Vitória-ES no ano de 2005, foi um acordo entre o Instituto IDEIAS, o SEBRAE-ES e o IEMA, onde as instituições parceiras deram início a organização e instalação de um Comitê Gestor de Resíduos Sólidos de forma participativa.

Inicialmente, foram formados oito subcomitês, que trabalharam no período de março a junho de 2006, e foram integrados por representantes de instituições públicas e privadas, empresas e indústrias, organizações de classe, academias e comunidade científica, entre outros. Para a elaboração de um primeiro plano de trabalho foram realizadas quatro oficinas temáticas com cada grupo, com o objetivo de descrever conceitos, levantar informações, identificar problemas e apontar possíveis soluções para a superação dos obstáculos. O principal objetivo do PCMR é construir uma real Política Estadual de Resíduos Sólidos, baseada nos resultados de discussões efetuadas de forma participativa e propondo o equacionamento entre a gestão inadequada de resíduos com a identificação de alternativas que possam gerar oportunidades de negócio e renda para a população.

O Programa está estruturado sobre três pilares: o social, promovendo a geração de renda e melhoria das condições de trabalho; o ambiental, visando à minimização dos impactos ambientais; e o econômico, criando novos negócios e oportunidades.

Figura 4 – Demonstração dos pilares estruturais do PCMR



Fonte: Cartilha sobre o PCMR, 2006, p11.

Também possui duas linhas de atuação a de políticas públicas, que visa à criação de um macro-projeto para a gestão de resíduos sólidos no estado do Espírito Santo, e a de promoção de mercado, gerando oportunidades de negócio e renda.

Figura 5 – Demonstração das linhas de atuação do PCMR



Fonte: Cartilha sobre o PCMR, 2006, p11.

3.5 O COMITÊ GESTOR

Este é composto por cinquenta e quatro membros, atores sociais, que deliberam de forma participativa e funciona interligado ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que é formado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (CONSEMA), pelos Conselhos Regionais de Meio Ambiente (CONREMAS) e Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CONDEMAS). E possui as seguintes atribuições: estabelecer a conexão com as diferentes instâncias do Sistema Estadual de Meio Ambiente; monitorar a implementação do PCMR; e discutir e aprovar Políticas Estaduais de Resíduos Sólidos.

Figura 6 – Estruturação do COGERES



Fonte: Cartilha sobre o PCMR, 2006, p12.

3.6 OS OITO SUB-COMITÊS

Os oito sub-comitês que possuem a mesma representatividade e que compõem o Comitê Gestor são: resíduos urbanos, resíduos da construção civil, resíduos de mineração, resíduos industriais, resíduos das atividades de agro-negócio, resíduos de saneamento e drenagem, resíduos de saúde e resíduos de base tecnológica e pneus. Foram realizadas 32 oficinas temáticas de trabalho que contou com 374 participações.

Figura 7 – Estruturação dos oito sub-comitês que integram o COGERES



Fonte: Cartilha sobre o PCMR, 2006, p12.

3.7 FOCO NO RESÍDUO URBANO

Dezesseis instituições participaram dessa temática, dentre elas, o IEMA, a Marca Ambiental, a Cáritas Arquidiocesana de Vitória, MP Publicidade, Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, Prefeitura Municipal de Cariacica, Prefeitura Municipal de Vila Velha, Prefeitura Municipal de Vitória, professor Zenóbio Eloy Fardim, Construtora Queiroz Galvão e Sanear.

Nas reuniões temáticas foram apontadas e discutidas leis, normas e decretos que regulamentam o resíduo urbano. Dividiu-se em oito categorias para a análise onde foram apontados problemas e algumas ações foram propostas para a superação desses problemas. Essas categorias são: catadores, controle ambiental, degradação ambiental, linhas de crédito e incentivos, infra-estrutura e logística, pesquisa e desenvolvimento, políticas públicas e responsabilidade sócio-ambiental.

Deve-se destacar que o foco no RSU no trabalho aqui proposto se dá pelo fato de ter obtido maior participação pelos membros do COGERES e também por estar mais presente no cotidiano de todos.

3.8 ATUAL SITUAÇÃO

Com base no plano de trabalho inicial foram elencadas ações prioritárias a serem implementadas. No âmbito das políticas públicas a prioridade constitui-se na elaboração da minuta de lei que estabelece as diretrizes para a gestão integrada, compartilhada e participativa estadual dos resíduos sólidos. Esse projeto de lei vem sendo elaborado com a participação de diversos representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade civil. Foi formado um grupo de

trabalho a partir do COGERES, voluntários que tiveram a tarefa de elaborar a primeira minuta, e posteriormente essa minuta foi analisada sob o ponto de vista jurídico. A minuta do projeto de lei passará ainda pelo processo de discussão com a sociedade civil através de *workshops* e de uma Audiência Pública para incorporar novas contribuições. Após esse processo deliberativo, será encaminhado ao CONSEMA e depois encaminhado pelo poder executivo ao poder legislativo.

Já no âmbito da geração de novos negócios, com base no documento inicial realizado pelo Instituto IDEIAS denominado Análise Situacional da Cadeia Produtiva de Materiais Recicláveis na Grande Vitória (2006), com foco nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, que identificou e quantificou através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa os fluxos e atores envolvidos nos processos de coleta, transporte, beneficiamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos no território especificado, foram priorizadas as seguintes ações:

- Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Materiais Recicláveis – integração de fluxos, oficial da coleta pública e do mercado. Projeto focado no desenvolvimento das associações de catadores e na integração com as políticas públicas.
- Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Materiais Recicláveis – dinamização das empresas e indústrias.
- Incubadora de empresas focada em resíduos.

Alem dessas ações, duas se destacam com o objetivo de mobilizar as instituições públicas e privadas e a sociedade civil como um todo, para os negócios oportunizados e as discussões geradas, são elas:

- Seminário e Workshop de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que a cada ano aborda temáticas que estão relacionadas com o momento do andamento do PCMR.
- Feira de Econegócios e Tecnologias Limpas que pretende relacionar a questão dos resíduos com outras temáticas, tais como, energias, ecoeficiência e mudanças climáticas.

4 – AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ GESTOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Para a análise de conteúdo primeiramente foi elaborado um roteiro para as entrevistas, posteriormente estas foram realizadas e em seguida transcritas para que os dados fossem apurados. De acordo com o embasamento teórico proposto neste trabalho, foram definidas certas categorias para a apreciação das entrevistas realizadas, como já foram citadas anteriormente, as categorias propostas são: participação, importância da participação, contribuição, dificuldades, expectativas, integração e motivação.

4.1 PARTICIPAÇÃO

Há autores, como Rosseau (apud PATEMAN, 1992), citado anteriormente, que vê o processo de participação como um processo de integração. Entretanto, cada entrevistado citou participação de uma forma diferenciada, enquanto dois concordam com o autor e definem participação como uma forma de integração entre diversos atores, outro já abordou a questão da co-responsabilidade e o compartilhamento de decisões. Podemos destacar essas diferenças nas falas do entrevistado 1 e entrevistado 2 comparadas a fala do entrevistado 3:

“Falando de participação acho que a participação tem que trabalhar a questão do envolvimento. Trabalhar a sensibilização das pessoas envolvidas na causa que você quer criar, no caso ou na questão específica envolvida.” (E1).

“Participar é se sentir integrante de um processo, poder de alguma forma contribuir e colaborar para um determinado projeto” (E2)

“O processo participativo, é um processo onde a população deve participar desde o início, ela deve participar das decisões. Porque assim tudo fica acordado e amarrado. Quando você coloca isso como participação, como se fosse uma assembléia, o que está decidido em assembléia está amarrado, o poder público não pode

chegar e simplesmente mudar tudo. Fica tudo acordado, nem tanto e nem tão pouco (...) A participação popular é isso, é o compartilhamento do poder de decisão que o poder público tem. Para que o poder público não veja só o interesse dele. O interesse que eu falo é o interesse administrativo e não o da comunidade. Muitas vezes, você sabe que política é política. Ela muitas vezes interessa a uma determinada parte da comunidade, à determinada pessoa e não à sociedade. Nem sempre é algo imparcial". (E3)

O entrevistado 4 cita participar não somente no ato do fazer, mas também na efetivação das ações.

"Participar é realmente você estar junto, dar opiniões, contribuir e não só isso, mas efetivar o que está sendo falado" (E4)

Diante das respostas dos entrevistados e a posição de alguns autores, podemos dizer que o ato de participar possui muitas vertentes. Não é somente tomar parte de algo, mas também fazer parte, colaborar, construir e compartilhar. Quando participamos nos tornamos responsáveis. Devemos lembrar também que participação deve promover a aproximação de atores e a flexibilização na tomada de decisões.

4.2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

Não somente a questão da participação em si, mas uma grande questão que surgiu pesquisando e elaborando o trabalho aqui proposto foi: qual a visão que os atores tem em relação à participação de diversos outros atores? Por que o comitê envolve tantos atores diferentes? Qual a importância disso?

O envolvimento dessa multiplicidade de atores já foi defendido e citado acima. Podemos afirmar, de acordo com a fala dos entrevistados, que todos apesar de motivos diferentes, concordam com essa “pluri-participação”.

“É fundamental, porque a gente só vai conseguir alcançar essas diferenças se todos estiverem envolvidos, se todos falarem a mesma linguagem. Porque não adianta nada discutir sozinho, eu preciso de multiplicadores. Pois, vou falar de reciclagem eu e o órgão público, e como eu vou expandir isso? Eu só vou conseguir se todos estiverem envolvidos”. (E1)

“É importante participar em qualquer processo, pois é a forma que a sociedade, as pessoas e as instituições têm para se manifestar quanto aos seus interesses e defendê-los dentro de um determinado foco (...) Os diversos atores devem participar, pois todas as questões possuem diversas vertentes (...) Então, essa visão multi-setorial dos diversos segmentos envolvidos é que irá contribuir para o aprimoramento e a visão sistêmica de um determinado tema com vista à maior assertividade nos rumos de um projeto ou no desenvolvimento de um programa, e diminuirá os erros”. (E2)

“Eu acho que todos devem participar pela diversidade de interesses que há. Você deve chamar todos, porque todos precisam discutir. Outra coisa que a participação propicia além de amarrar o processo é o aprendizado que o poder público tem com a sociedade civil. Porque eles são os melhores norteadores e balizadores da realidade que está acontecendo no local. Porque o poder público muitas vezes não tem essa visão, mas pode aprender com eles (...) Isso que é aprender e construir coletivamente. É isso que é importante”. (E3)

“Quando as pessoas que deveriam ser beneficiadas não participam, não vai para frente. A lei não funciona quando é imposta e quando você tem a participação de todos, do beneficiado, do público alvo, das instituições de uma forma geral e do governo, aí sim, pode ser que venha a funcionar (...) Mas, ninguém garante”. (E4)

Quando envolvemos diversos atores com diversos interesses e posições, devemos primeiramente saber ouvir a todos, pois de nada adianta juntar opiniões divergentes se não sabemos como utilizá-las de uma forma construtiva. Se soubermos adequar uma proposta, uma lei ou um programa aos interesses de todos os envolvidos, pode essa ser a fórmula para o sucesso, não esquecendo que nem sempre é possível corresponder à expectativa de todos e devem os atores envolvidos terem em mente que é preciso ser flexível e respeitar os interesses, principalmente os da maioria.

4.3 CONTRIBUIÇÃO

Como já citado nessa pesquisa, Storino (2000) afirma que “a participação deve ser observada como um meio de socialização da política e sob a forma da geração de espaços públicos e mecanismos de articulação do Estado com os sujeitos sociais”.

Perguntou-se então para os entrevistados qual a maior contribuição que a participação pode gerar para a criação de políticas públicas. Todos os entrevistados concordam e afirmam a mesma perspectiva. Que não adianta o Estado (poder público) criar uma lei que irá de encontro com os interesses da sociedade, pois ocorrerá o que ocorre com diversas outras leis já em vigor, torna-se inaplicável e como afirmado por um entrevistado, “irá para a gaveta” (E3). Entretanto, uma outra perspectiva ressaltada foi de que se a sociedade pode participar nessa discussão ela poderá defender seus interesses.

“Quando as pessoas acham que vai doer no bolso delas, estas passam a entender e perceber que processo é esse, e se vai prejudicar ou não. Então eu acho que a pressão hoje é tão grande que não dá mais para a empresa ir contra. Ela acaba se entregando

porque prevalece o interesse da maioria. Porque ela tem que buscar o caminho e compartilhar isso”. (E1)

“Qualquer política pública hoje, ela deve ser construída ou elaborada com a participação dos diversos segmentos incluídos na temática. Quando você equaciona e equilibra as diversas opiniões envolvidas, você pode ir ao encontro dos mais diversos interesses, contribuindo para o avanço das políticas (...) Eu acredito que qualquer ação deve ser construída. A participação deve estar inerente ao processo, desde a elaboração de uma política até a sua implantação e monitoramento, ou seja, ela deve estar em todas as fases”. (E2)

“A população, a sociedade civil como um todo, ela tem seus próprios interesses, que muitas vezes podem divergir dos interesses do poder público. Então, você vai tentar conciliar os interesses e chegar a um meio termo. Se não, o que acontece? Você faz um projeto que não atende à ninguém, não atende principalmente à comunidade. Não satisfaz e fica na gaveta. Porque é mais uma coisa que você vai fazer e que não vai vingar. Por que? Porque não tem respaldo, não teve debate com a comunidade (...) Se deixasse somente para o poder público fazer, ele simplesmente faria uma lei para jogar no mercado. E aí? Lei existe, e muitas, mas elas são cumpridas? O que nós estamos tentando fazer é exatamente uma minuta, para que ela possa ser executada, já que todos participaram. Porque chegou-se à um consenso desse processo (...) Uma outra contribuição é o compromisso que você gera com todos os atores envolvidos. Uma coisa é falar, outra é você participar da criação de um instrumento. E quando você cria um instrumento, você se compromete com ele e esse compromisso é fundamental. Se não houver compromisso das partes envolvidas, você não chegar a lugar nenhum”. (E3)

“A participação contribui no direcionamento da forma de trabalho do projeto. Por exemplo, no aspecto ambiental, já existem várias leis que definem o que é preciso fazer com os resíduos, mas não dá um direcionamento, assim como no aspecto econômico e social. Mas, nada disso direciona para o que se propõe com esse projeto

***(...) É mais uma questão de ouvir e tentar bolar algo mais moldável.”
(E4)***

É preciso esclarecer que a participação colabora não somente no equilíbrio dos interesses, mas a maior contribuição no caso estudado é a tentativa da assertividade. Para que o risco do erro seja diminuído o Estado propõe à sociedade civil uma parceria para que o programa seja legitimado.

4.4 DIFICULDADES

Como já citado pelo autor, Jacobi (2006), a burocracia é um fator que dificulta e desestimula a participação cidadã. Longos processos burocráticos, que possuem etapas tão demoradas podem desarticular o grupo que antes estava envolvido por uma causa comum. Podemos reafirmar isso na fala do entrevistado 1, que quando perguntado sobre as dificuldades enfrentadas pelo sub-comitê de resíduos urbanos, esse diz que:

“Eu acho que é a burocracia do Brasil. Exemplo, a gente busca recurso para buscar ações, é um processo complicado (...) Para se certificar um projeto precisa-se de 15 documentos, e no Brasil de 35 a 40 documentos. Enquanto eles gastam em média 15 dias para aprovar um projeto a gente gasta 30 a 45 dias e olhe lá. Então, eu acho que é a burocracia, essa coisa da máquina, ainda é um problema”. (E1)

“Voltando mais no ambiente público, a credibilidade pública é um problema. Todo dia a gente acorda com um processo de corrupção diferente, também considero isso um problema”. (E1)

Outra dificuldade apontada é a falta de credibilidade no poder público, não somente à alta rotatividade nos cargos, mas também na falta de

comprometimento com as ações propostas, e claro, no país em que vivemos a corrupção também contribui para esse descrédito.

“Quando nós começamos, nós fomos pressionados, que não ia dar certo, que já se tentou trabalhar a questão dos resíduos, já foi feita uma minuta e nem a Política Nacional de Resíduos saiu. Então, ficou um negócio que no começo ficou desacreditado e depois mudou. Mas, você tem que estar sempre alimentando, não pode deixar o movimento solto. Se a gente não estimula, não vai pra frente”. (E3)

Outro entrevistado abordou uma perspectiva de suma importância, afirmando que a participação muitas das vezes se dá somente pela luta de interesse. Quando os interesses são saciados há uma desmotivação. Podemos destacar isso através da fala do entrevistado 2:

“A maior dificuldade é manter o grupo por um longo período de tempo participando sistematicamente. A gente observa que as pessoas participam mais a partir do momento que elas têm reivindicações. Quando suas necessidades são atendidas há uma desmotivação da sua participação (...) Aí, nos perguntamos, será que de fato isso é participação? Eu entendo que participar de um processo é construir e não só reivindicar”. (E2)

O entrevistado 3 acrescenta um ponto de vista interessante ao ressaltar que a mobilização dos atores é uma das maiores dificuldades na participação, pois exige-se dedicação e tempo. Pois, quando perguntado sobre a maior dificuldade encontrada no COGERES, especificamente no sub-comitê de resíduos urbanos respondeu que:

“Reunir os atores. Mobilização (...) O processo construtivo é um processo demorado, muito demorado, e nem todo mundo tem disposição para estar construindo isso (...) Nós tínhamos reuniões semanais, que duravam uma tarde inteira, nem todos os profissionais envolvidos tinham disponibilidade de estar aqui uma

tarde inteira para estar discutindo (...) A dificuldade é exatamente essa participação e dedicação quase que de tempo integral". (E3)

O entrevistado 4 ressalta que há um espaço para a participação da sociedade na criação de políticas públicas, mas que nem sempre ele é ocupado.

"O espaço para a participação existe, mas nem todos ocupam, muitos só querem aparecer com os nomes, mas com a participação efetiva não. Não estou falando somente de pessoas físicas, mas entidades mesmo, que só querem aparecer com o nome". (E4)

As dificuldades encontradas nessa temática são muitas, desde um problema institucional que o nosso país hoje vivencia, até mesmo a cultura e o descrédito no poder público. A participação torna-se ainda mais debilitada quando contextualizamos com o mundo moderno em que vivemos, onde tempo é dinheiro e que a dedicação para assuntos como o meio ambiente podem ficar em segundo plano. Entretanto, como já afirmado anteriormente, aqueles que fazem parte do COGERES reafirmam a importância que este tem e tentam trabalhar para que o processo seja sempre o mais produtivo possível.

4.5 EXPECTATIVAS

Como contextualizado acima, hoje o comitê gestor de resíduos sólidos passa por uma tramitação jurídica, para que seja aprovada a minuta de lei e que se possa efetivamente criar um programa para os resíduos sólidos em nível estadual. Quando os entrevistados foram indagados sobre suas futuras expectativas, surgiram várias posições.

"Depois da aprovação da minuta de lei, vamos discutir para cada sub-comitê uma tipologia para cada resíduo. Iremos discutir uma legislação específica, uma

normatização específica para cada setor. Porque essa que está saindo agora é uma geral, para todos os tipos de resíduos, a próxima, então, nós iremos começar a discutir dentro de cada resíduo específico. E outra coisa que nós temos daqui para frente, é fazer com que este Comitê (COGERES) venha para o que ele veio, começar a trabalhar para o que ele veio, que é: cuidar da gestão ambiental, discutir as questões relacionadas e encaminhar moções, solicitações e demanda para o CONSEMA (...) Não somente essa questão relacionada a gestão, mas também a indução de negócios. Porque eu acho que resíduos gera negócios”. (E3)

“Bom, eu acredito que a continuidade desse movimento dependerá muito dos integrantes que já estão sensibilizados e que na realidade precisam ser motivados a dar continuidade ao processo. Entendo também que para um processo ter continuidade e se manter é preciso ter o que eu chamo de ‘animadores’, são instituições ou pessoas que irão desenvolver e trabalhar estratégias para a continuidade do processo”. (E2)

Durante a entrevista com o entrevistado 3, este afirmou que há um comprometimento de todos os envolvidos, inclusive com os órgãos municipais, e que mesmo que se a administração dos municípios mude, não desarticulará o COGERES. Então, ao ser indagado sobre uma possível mudança na administração estadual, este, respondeu categoricamente:

“Eu acho muito difícil, porque o decreto instituindo o Comitê (COGERES) já foi feito. Só se vier outro decreto do governador o extinguindo. Mas, ao mesmo tempo, o COGERES está ancorado ao CONSEMA, que está ligado a todo sistema nacional (SISNAMA). Para acabar com o Comitê (COGERES), tem que acabar com muita coisa, e principalmente com coisas de

peso, que é o sistema EM nível nacional. Eu acho que a partir do momento em que o Comitê foi criado, você não tem como tentar voltar atrás, ele está todo amarrado, não só com o poder público e com as instituições públicas, mas com a sociedade". (E3)

Embora alguns entrevistados concordem que o grupo hoje passa por um longo processo de tramitação jurídica e que isso pode desmotivar o grupo, as expectativas são para que essa fase seja superada e que o grupo possa voltar ao seu trabalho de criação de diretrizes específicas para os resíduos no nosso estado.

4.6 INTEGRAÇÃO

Uma das propostas iniciais do projeto aqui estudado é promover a participação de diversos atores sociais para que seja gerada uma integração e que possa promover negócios através disso. Colocar vários atores de diversos setores para discutir um assunto em comum a todos, pode realmente ser uma boa oportunidade para que sejam criadas alianças e que estas possam se transformar em compromissos e até mesmo negócios e oportunidades de mercado. Embora, os entrevistados concordem que essa é uma boa causa, alguns discordam na efetivação dessa ação. Enquanto um entrevistado afirma com a maior certeza que esse objetivo já foi alcançado outro diz que não, e argumenta que isso só ocorrerá quando não houver somente a discussão, mas também ações. Outro entrevistado aborda a questão de uma maneira diferente e diz que há sim a promoção de negócios com a integração desses atores, mas ainda não gerou resultados.

"Sim, esse objetivo já foi alcançado. Nós temos, por exemplo, dentro da parte do reaproveitamento, os catadores, os atravessadores, as aparas, e isso gera possibilidade de trabalho entre eles, de comunicação entre as pontas. Os catadores e as

indústrias podendo trabalhar juntos, e não ficar um de bico para o outro. E é isso que está acontecendo, nós temos tudo dentro do Comitê (COGERES), e todos eles conversam, o que é uma oportunidade para acabarem com as arestas (...) Essa é a famosa cadeia produtiva, adensamento dessa cadeia, integração dessa cadeia. Os elos da cadeia trabalhando integradamente, como se fosse uma engrenagem. Essa é a idéia da gestão ambiental integrada, que parte do princípio do adensamento, do elo, da integração e participação.” (E3)

“Ainda não, ainda não conseguimos atingir esses objetivos. Porque faltam ações. Pois, quando tivermos ações efetivas, ações de campo, aí sim, vamos conseguir ter esse resultado, em vez de fazer normas e leis”. (E1)

“A proposta de geração de negócio foi alcançada, pois a partir do momento que se elaboram estudos, identificam-se atores e reúne-se os atores que tem interesses comuns, isso propicia o desenvolvimento de um ambiente de negócio (...) Ainda não se tem resultados concretos, mas está se trabalhando nessa temática. Só que os resultados não são imediatos, é preciso conhecer a situação, identificar quem está incluído nessas situações e partir daí se fazer um trabalho, atuar sobre os aspectos positivos e negativos”. (E2)

“Ainda não, esse objetivo foi alcançado só em partes. Na verdade, conseguimos mobilizar bastante parceiros, mas agora é efetivar essa parceria. Por exemplo, dentro dos projetos, a gente conversa, monta os projetos, mas na hora de efetivar muitos não cumprem sua parte, então mobilizar é uma coisa e efetivar é outra (...) Acho que falta fomentar mais, para que isso aconteça e começar a mostrar resultados práticos para que se dê maior credibilidade” (E4)

A efetivação de ações pode ser algo que precise de tempo, é preciso primeiramente juntar idéias e soluções para que se possa ter resultados. Entretanto, um dos maiores obstáculos é fazer com que as ações se efetivem, pois criar projetos e elaborar planos pode ser a parte mais fácil do processo,

embora ainda complexa, mas a prática continua ainda sendo um grande problema. E sem ação não se gera negócios e nem oportunidades, o que pode provocar um desestímulo no grupo, pois somente o planejar, o falar e o prometer não concretizam nada, é preciso operacionalizar, fazer acontecer, criar as condições para que essas sejam realizadas.

4.7 MOTIVAÇÃO

Um dos principais questionamentos quando nos perguntamos de participação em relação à gestão e criação de políticas públicas é: a participação dos diversos atores tem uma motivação de cunho pessoal ou institucional? Essa questão foi respondida de diversas maneiras pelos entrevistados podemos destacar falas como:

“A instituição vai se envolver a partir da consciência que ela possui e vai ser responsável pela consciência das pessoas, dos colaboradores envolvidos. Mas, se a empresa não der essa conotação do valor real daquele problema ou daquela ação, então o colaborador não pode dar o valor real, aí ele (o colaborador) não irá se envolver, pois não será vantajoso para ele. Porque ele precisa se manter vivo (...) Porque vivemos em um mundo capitalista, felizmente ou infelizmente exigem-se pessoas que trabalhem dessa forma. Não dá para ser só bonzinho nessa história, não dá para ser só ambientalista”. (E1)

“Acho que as pessoas participam de duas formas: alguns participam motivados pelos seus interesses pessoais de aprender e porque trabalham com a questão, querem aprender, se desenvolver, conhecer; outros participam tentando buscar alternativas para solucionar os problemas de suas atividades. Quer resolver problemas de licenciamento, de multa ambiental, esse tipo de questão”. (E2)

“Quando você participa de qualquer coisa, seja de uma reunião ou de um comitê, você deverá representar a instituição. Muitas vezes,

você terá que omitir uma opinião pessoal, para expressar a opinião da empresa, pois se você está representando a empresa, você deve levar a opinião da empresa”. (E4)

Outra discussão proposta foi não só de motivar, mas como estimular o grupo para que a discussão não se acabe, que simplesmente faça os atores perderem o interesse pela causa.

“Interesse é a maior motivação de todos, seja um interesse institucional ou pessoal” (E4)

Ter em mente que quando o sujeito participa de algum processo e carrega com ele o nome de uma instituição ao qual este representa pode ajudar a esclarecer e compreender que muitos precisam vestir uma “máscara” e que os interesses que serão defendidos, muitas vezes não dizem respeito ao lado pessoal, mas institucional deste sujeito. Podemos afirmar que isso é ético, mas que participação efetivamente é essa, se não se pode manifestar opiniões ou idéias? Ao restringirmos o ator de expressar idéias e até mesmo possíveis soluções estamos danificando o processo ao invés de aprimorá-lo, críticas e comentários que poderiam colaborar para a criação de planos e até mesmo para a efetivação de ações são reprimidas em prol da defesa dos interesses institucionais.

5 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Falar, analisar, estudar e julgar a participação é um processo complicado. Pois todo ato participativo é demorado e deve-se primeiramente sensibilizar os atores que se pretende envolver, criar toda uma estrutura para que isso ocorra e ainda manter o grupo sempre articulado e motivado. Os resultados da participação são difíceis de serem vistos e a maioria só surgem a longo prazo.

Quando une-se o processo participativo com uma temática tão ressonante que é o reaproveitamento de resíduos torna-se ainda mais difícil a análise proposta nesse trabalho. Embora, o resíduo esteja inserido no cotidiano da humanidade desde que o processo produtivo se iniciou e o reaproveitamento há muitas décadas permeia inserido nesse contexto, trazer isso para a discussão com a sociedade ainda é inovador.

Deparamos-nos diariamente com catadores de materiais recicláveis pelas ruas de nossas cidades, muitas vezes, sem dar a importância do trabalho realizado por estes. Mas, o Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis sonha mais alto ao propor a criação de diretrizes e a estruturação de toda uma cadeia, para que não somente os resíduos sólidos urbanos, mas todo o tipo de resíduo gerado possa ser reaproveitado e voltar ao ciclo produtivo, não como um resquício do processo, mas como matéria prima. Matéria prima essa que pode ser literalmente enterrada ou desperdiçada.

Conscientizar a população da problemática inerente ao estilo de vida e de consumo que a sociedade moderna está hoje inserida não é tarefa fácil, embora essa mentalidade esteja em constante avanço. Trazer a tona os problemas de degradação ambiental que hoje vive o mundo ainda é complexo. Promover uma efetiva participação da sociedade para que se atente a essa temática, envolvê-los em um processo participativo na criação de propostas que irão nortear o rumo que o nosso estado deve seguir na estruturação da cadeia de materiais recicláveis é uma tarefa ainda mais desafiadora. Contudo, hoje existem no estado do Espírito Santo, instituições, pessoas e articuladores que acreditam nessa proposta e trabalham para isso. O Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis é modelo e hoje concorre ao prêmio de caso de sucesso do SEBRAE.

O objetivo proposto nesse trabalho foi alcançado ao analisarmos e compreendermos a participação cidadã no projeto estudado e como esses diversos atores interagem. Chegou-se à conclusão de que a participação dos

envolvidos ainda é falha, seja por uma maior busca de interesses pessoais do que coletivos, ou por uma participação institucional e não pessoal, o que corrompe o processo de aprimoramento, pois, “esconde-se” idéias e soluções que muito poderiam contribuir.

Criar uma solução para esse problema levantado não é tarefa fácil, pois vivemos em um mundo onde o mercado de trabalho é extremamente acirrado e precisamos “vestir” a camisa da instituição ao qual representamos e também omitir opiniões que se contrapõe aos interesses empresariais. Mas, ao promover uma integração de atores tão distintos mas tão próximos, pois estão envolvidos pela mesma temática, é uma boa opção. Pois a defesa por interesses torna-se ainda mais complexa, mas ao mesmo tempo os envolvidos devem ter em mente que as propostas sugeridas através de discussão devem ser um balizamento de interesses e expectativas. A flexibilização na discussão é uma das principais características no processo participativo e deve-se esclarecer que o interesse da maioria tem que prevalecer, caso contrário não seria democrático.

Pela busca de um desenvolvimento sustentável, pelos direitos cidadãos, por uma prática mais democrática e por um novo nicho de mercado que surge inserido ao “lixo” muitos acreditaram no Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis e hoje fazem parte do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos. A discussão ainda permeará no nosso estado por décadas e esperamos que nunca acabe, devemos não nos omitir, mas nos incluir nessa temática e participar efetivamente e cada vez mais dessa iniciativa que redefinirá o futuro que nos aguarda.

Para que novas pesquisas sejam realizadas nessa mesma linha e que contemplem o tema aqui proposto, recomendamos analisar e estudar a continuidade do PCMR, as novas etapas que surgirão, pois o programa ainda está em desenvolvimento. Outra proposta seria analisar a participação de outros atores sociais, principalmente aqueles que não fazem parte mais do COGERES e questioná-los sobre seus motivos e suas desmotivações.

6 - REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. São Paulo, 2005.

BARBIERI, J. C; LAGE, A. C. **Conceitos, Problemas e Pontos de Partidas Para Políticas de Desenvolvimento Sustentável**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25. 2001, Campinas. **Anais...**[CD-ROM]. Campinas: ANPAD, 2001.

BECKER, D; FREIRE, L. **Gestão Pública Compartilhada: Participação e Controle Social**. 2007. Disponível em: < <http://www.ashoka.org.br/noticia.php> >. Acesso em: 03 mai 2007.

BOEIRA, S. L. **Política e Gestão Ambiental no Brasil: Da Rio-92 ao Estatuto da Cidade**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2. 2004, Campinas. Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_serjio_boeira.pdf >. Acesso em: 15 mai 2007.

BRASIL. Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis. **A Carta da Terra**. Petrópolis, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Anteprojeto de Lei do Programa Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília. 2003. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=107>>. Acesso em: 02 mai 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Documento Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília. [s.d.] Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php>>. Acesso em: 06 jun 2007.

CARVALHO, J; CASTRO, R; REGO, V; MASSOQUETTE, B. **Conselhos Municipais: Sua Contribuição para o Desenvolvimento Local**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23. 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...**[CD-ROM]. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COVRE, M. L. M. **O Que é Cidadania**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, A. S. A. **A Trajetória da Democratização da Gestão Municipal em Recife e Salvador.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27. 2003, Atibaia. **Anais...**[CD-ROM]. Atibaia: ANPAD, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo.** 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GOMES, J. L.; BARBIERI, J. C. **Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil e no Estado de São Paulo: Um Novo Modelo de Políticas Públicas.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26. 2002, Salvador. **Anais...**[CD-ROM]. Salvador: ANPAD, 2002.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA AÇÕES SOCIAIS. **Nivelando as Informações Para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Resultado do I Seminário de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.** Vitória, 2005.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA AÇÕES SOCIAIS; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Relatório Técnico: Planejamento e Organização dos Sub-comitês e Comitê Gestor de Resíduos do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 2006.

_____. **Relatório Técnico: II Seminário Nacional e I Workshop Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.** Vitória, 2006.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA AÇÕES SOCIAIS; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS; BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. **Análise Situacional da Cadeia de Materiais Recicláveis dos Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra.** Vitória, 2006.

_____. **Relatório Técnico: Diretrizes Para a Elaboração do Plano de Trabalho do Comitê Gestor: Resultados das Oficinas de Trabalho dos Oito Sub-comitês de Resíduos Sólidos.** Vitória, 2006. 126p.

JACOBI, P. R. **Participação na Gestão Ambiental no Brasil: Os Comitês de Bacias Hidrográficas e o Desafio do Fortalecimento de Espaços Públicos**

Colegiados. In: COSEJO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIALES. 2006, Buenos Aires, Disponível em: <
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hali/C7PJacobi.pdf> > Acesso em: 9 mai 2007.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROSA, P. R. **Internacionalização da Empresa Marcopolo S.A.: Um Estudo de Caso.** Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHMIDHEINY, S. **Mudando o Rumo.** 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

STORINO, G. R. **A Participação Cidadã na Gestão Pública – Dá Licença Seu Doutor? Com a Palavra: O Povo da Favela Carioca.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24. 2000, Florianópolis. **Anais...**[CD-ROM]. Florianópolis: ANPAD, 2000.

TINOCO, D. S; BEAUGRAND, E. B. M. T; FILHO, J. M. **O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó: Uma Experiência de Planejamento Participativo e de Implantação de um Sistema de Gestão no Rio Grande do Norte.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25. 2001, Campinas. **Anais...**[CD-ROM]. Campinas: ANPAD, 2001.

ANEXO A: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Categoria I – Qual a percepção dos atores sociais envolvidos no sub-comitê de resíduos urbanos sobre **participação**? (O que é participação?).

Categoria II – Qual a **importância** da participação dos diversos atores sociais? (Deve os vários setores estarem envolvidos? E por quê?).

Categoria II – Qual a maior **contribuição** da participação para a gestão das políticas públicas e mais especificamente na gestão de resíduos urbanos? (Percepção).

Categoria IV – Quais as maiores **dificuldades** encontradas na participação? (Apontar problemas)

Categoria V – Qual a **expectativa** em relação ao sub-comitê de resíduo urbano? (O que se espera para o futuro?).

Categoria VI – Como se dá o processo de **integração** entre os diversos atores sociais? (O programa gera uma oportunidade de integração dos atores?).

Categoria VII – Qual a maior **motivação** para participar do sub-comitê gestor de resíduos sólidos urbanos? (Motivação institucional ou pessoal?).